

A participação social e política de jovens no Brasil¹: considerações sobre estudos recentes

Paulo Carrano²

Resumo

O artigo aborda a “questão juvenil” que vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais e isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos. Há um campo aberto para a realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e conteúdos de participação e dos engajamentos juvenis. O presente artigo explora questões relativas à participação juvenil a partir do olhar dos estudos sociológicos.

Palavras-chave

Participação social e política; Jovens; Brasil.

Social and political participation of young people in Brazil: reflections on contemporary studies

Abstract

This article focuses on the ‘youth question’. In the past 20 years the ‘youth question’ has been a cause of worldwide concern. These concerns have been expressed in terms of more general issues with regards to young people’s transitions into adulthood; as well as more specific ones which ask questions about young people’s relations to their families; education; the labor market; sexuality; new technologies; drugs and violence. Now, however, there is a growing field of study about different ways in which young people participate and engage the world around them. This article analyzes issues related to youth’s participation from the perspective of sociological studies.

Keywords

Social and political participation; Youth; Brazil.

Introdução: questões contemporâneas sobre os jovens e a juventude

Desde o início da disseminação da escola de massas na Europa do século XVIII, a juventude vem representando um período de espera formativa em função do objetivo da preparação para a entrada na vida adulta. No campo da psicologia se gestou a noção da adolescência como um período que encerraria um momento de crise e de reconfiguração da personalidade que viria logo após o término da puberdade.

Para Stanley Hall, em seu clássico estudo (*Adolescence*) publicado em 1904, a adolescência seria um traço universal de um amadurecimento biológico que representaria um segundo nascimento para o indivíduo no curso de sua vida psicológica e sexual. Hall definiu a vida na adolescência como sendo de “*sturm und drang*”, de tempestade e assalto. Na década de 1920, Hall, procurou enxergar os adolescentes escolares que chegavam de diferentes lugares do mundo e que estavam produzindo algo diferente nas escolas americanas. É possível dizer que a “fabricação” da noção de adolescente se deu a partir da criança e as comparações que com ela se fazia. Nesta perspectiva, a adolescência foi considerada um tipo humano específico sobre o qual se procurava intervir e provocar mudanças, fundamentalmente, através das ações pedagógicas da escola.

Margareth Mead (1975) relativizou a pretensa universalidade da adolescência como crise de transição, tal como formulou Stanley Hall. Em seus estudos antropológicos na Ilha de Samoa, com crianças e jovens mulheres de 9 a 20 anos, demonstrou que a passagem da infância à adolescência se identificava naquela cultura muito mais com uma transição suave do que pelo estado de agitação, ansiedade e crise anteriormente referido nos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América.

É possível dizer, então, que as abordagens de orientação sociológica sobre a juventude se diferenciam dos primeiros aportes da psicologia que estiveram centrados no corpo biológico (GALLAND, 2009). As abordagens sociológicas da juventude surgem com os trabalhos pioneiros de Talcott Parsons, no princípio dos anos de 1940. Essas coincidem com a massificação da escolarização que passa a classificar toda uma faixa etária como alunos ou estudantes.

Ao fim da II Grande Guerra, tem-se o início do período que pode ser classificado como “culturalista”. Os estudos de Edgar Morin (1987) sobre o “fato juvenil” e a “cultura jovem” e os movimentos estudantis dos anos de 1960 expressam esse momento e a juventude passa a ser analisada como subcultura específica. Este paradigma é criticado por Pierre Bourdieu (1983) e pelos integrantes de sua escola de análise sociológica. Para eles, as faixas etárias seriam formas de designação social que grupos concorrentes se auto-atribuíam - os jovens e os velhos - para preser-

var ou assegurar sua proeminência na sociedade. Assim, pensar a análise das faixas etárias apenas como subculturas expressaria uma restrição analítica.

Uma nova geração de sociólogos compreende a juventude como uma passagem entre outras fases da vida, um período do ciclo de vida, e não mais apenas como uma subcultura isolada do resto da sociedade ou, ainda, como uma questão puramente ideológica. As questões sociológicas sobre a juventude tendem a se relacionar, hoje, com a busca do entendimento sobre como se divide e se representa essa fase da vida, como ela é definida na sociedade, que etapas a caracterizam nos diferentes grupos sociais, de que forma se articulam e evoluem no tempo e também como os jovens encaram e experimentam a entrada na vida adulta (GALLAND, 2009).

Alguns outros autores realizaram pesquisas demonstrando que os jovens sujeitos sociais e históricos capazes de articular culturas próprias de seus grupos de idade – culturas juvenis (CRUZ, 2000 e 2002; FEIXA, 1998 e 2004; PAIS, 2003).

A juventude na contemporaneidade

A “questão juvenil” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais. Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.

Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais.

As preocupações com a juventude se orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens. Sobre esta juventude ameaçada se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes idealizando-se uma natural capacidade dos jovens para a participação, a transformação e a mudança.

Para Melucci (1994), ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência. É nesta perspectiva que os jovens são considerados a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro (MELUCCI, 2001 e 2004). Hoje, estes pos-

suem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição. Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais. O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos.

A sociedade se vê atravessada por processos societários inéditos como consequência de mutações de natureza global. Um tempo histórico de aceleração temporal estaria criando uma nova juventude (LECCARDI, 2006). Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações, mas também de riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais. Para Leccardi (2006), a velocidade contemporânea tem consequências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para construções biográficas individuais que são forçadas a uma contínua mistura.

A participação dos jovens como desafio às sociedades democráticas

O conceito de participação é utilizado de maneira bastante alargada ordinariamente. Não raras vezes este permite que em torno de si se produzam imprecisões e ambigüidades capazes de diluir a compreensão sobre seu real significado e importância na vida social e política. A noção de participação pode encerrar um sentido forte ou um sentido fraco (DIANI, 1996). O sentido forte diz respeito às formas e processos que levam ao engajamento ou envolvimento militante e que podem impactar decisões que afetam a vida de indivíduos, grupos e instituições. O sentido fraco da participação pode ser associado a formas atenuadas de envolvimento que nem de longe criam engajamentos militantes ou interferem em processos decisórios significativos capazes de afetar a vida de indivíduos, grupos ou instituições.

É comum que essas formas atenuadas de participação adquiram um caráter pedagógico e de elogio ao processo participativo por si só e independente de sua real capacidade ou intenção de alterar processos decisórios.

Exemplos de formas frágeis de participação são as que buscam consensos em torno de processos de inovação pedagógica, tecnológica e administrativa que, em última instância, servem para o estabelecimento de consensos e promoção de ajustes já intencionados pelos poderes dirigentes dos grupos ou instituições. Estes necessitam conquistar adesão de seus membros e para isso promovem essa participação de ajustamento como canal para a promoção de mudanças verticalmente concebidas. Diferentes formas, espaços e tempos de participação de baixo impacto nas decisões podem ser encontrados no âmbito das famílias, dos ambientes de trabalho, da escola, das mídias, dos mercados e em muitos espaços públicos concebidos por governos para a “participação juvenil”. Os canais de TV se abrem à (fraca) participação de seus públicos que “podem” “decidir” sobre os destinos de tramas em novelas ou da permanência ou não de personagens em “reality shows”. Governos e instituições promovem enquetes, sondagens, fóruns, conferências, encenam parlamentos jovens, isso tudo para exercitar a participação ou ainda para “medir” os humores e opiniões de cidadãos e consumidores. Entretanto, somente muito raramente encontramos abertura de processos participativos mais diretos que possam influenciar decisivamente nos rumos das instituições.

O que busco afirmar é que participação não é um conceito pacífico e nem sempre traz em si o princípio generoso de envolvimento de todos nos processos de decisão. O conceito de participação assumiu ao longo da história sentido democrático passando quase mesmo a ser sinônimo de democracia. Contudo, não devemos esquecer as diferentes estratégias aristocráticas e autoritárias utilizadas pelos donos do poder de diferentes épocas, lugares e instituições para mitigar o espectro da participação. Neste impulso de participação “qualificada” foram incorporados os cultos, os instruídos, os emancipados civil e economicamente, os detentores do poder - homens brancos e adultos - , deixando-se de fora os “desqualificados” para participar dos processos decisórios. A história das lutas sociais é também a narrativa dos movimentos de coletivos marginalizados em suas buscas para jogar o jogo da participação.

Segundo Crick,

Os teóricos liberais do século XIX fizeram da educação o teste de competência para a participação; no século XX o poder democrático tem requerido simplesmente a instrução primária e secundária compulsória. Embora a crescente participação

popular fosse vista como a força do governo representativo, alguns preocupavam-se com o fato de tal participação das massas estar cada vez mais vulnerável à manipulação das elites. A antiga autocracia seguiu o adágio ou teoria de governo, “deixem quieto o cão adormecido” – nada mais era necessário além da obediência passiva; mas os líderes políticos modernos, tanto de esquerda quanto de direita, exigiram entusiasmo positivo, “mobilizando as massas” para criar um poder sem precedentes com vistas à transformação social. Assim, as teorias da participação adotaram formas totalitárias e formas democráticas (CRICK, 1995, p. 559).

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões. Numa perspectiva funcionalista de elogio ao ajustamento pode-se dizer que a apatia política seria salutar por expressar potencialmente a estabilização da ordem social. Do ponto de vista democrático, contudo, a sociedade não pode ser encarada como um conjunto de regras permanentemente instituídas que devem ser seguidas pelas novas gerações, mas como cultura que se coloca em movimento pela interação entre os sujeitos que participam da vida social e são capazes de modificar as regras que herdam das gerações precedentes.

As instituições, notadamente as educativas, estão repletas de iniciativas daquilo que se pode chamar de “participacionismo pedagógico” ou “encenação política” (MAGALHÃES, 2007). São jogos de cena institucional que simulam participações reais e excluem os cidadãos do exercício efetivo da tomada de decisões. A expressão “protagonismo juvenil” pode ser associada a esse impulso de “participacionismo pedagógico” esvaziado de sentidos reais de tomada de decisões. O protagonismo juvenil pode ser definido como “um tipo de ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais onde o jovem é sempre o ator principal” (CASTRO, 2005). A expressão, durante toda a última década, assumiu um caráter mobilizador e operacional orientando a elaboração de documentos e a narrativa de técnicos de instituições governamentais e da sociedade civil orientadas para o trabalho com jovens³.

Os próprios jovens objetos dos projetos sociais - população alvo (sic) - a eles destinados incorporaram o jargão do “protagonismo juvenil”. É possível dizer que nem sempre essa assunção do termo se dá com a necessária consciência do sentido ideológico ou prático da ação protagonista. Há, dessa forma, uma naturalização do uso da referida expressão no campo das práticas juvenis.

Recordo-me de um jovem participante de um projeto social na Zona Oeste do Rio de Janeiro que assim se apresentou numa reunião: “meu nome é X e eu faço protagonismo juvenil”. Ato contínuo, ao ser indagado sobre o que isso de fato significava, exemplificou: “Por exemplo, lá onde moro estava acontecendo de jovens jogarem pedras nos ônibus durante a madrugada. Fizemos um projeto de conscientização sobre a importância do ônibus para a comunidade”. Curioso, perguntei ao jovem sobre as razões do apedrejamento dos ônibus. Ele, então, respondeu que a atitude era motivada pelos atrasos constantes dos ônibus e pela insistência dos motoristas em não parar no ponto durante as madrugadas. Algo que fazia com que os jovens que retornavam do lazer noturno tivessem que esperar até o horário da manhã ou caminhar longas distâncias para chegar a suas casas.

Este pode ser considerado um exemplo típico de protagonismo juvenil orientando para o ajustamento de condutas de jovens populares e que, em última instância, camufla contradições, naturaliza precariedades em territórios de pobreza e inibe conflitos relacionados com a busca de direitos da juventude. No caso em questão, tratava-se do direito à mobilidade na cidade, que estava sendo sonogado pela empresa de ônibus da região. Ainda que se possa reprovar a reação dos jovens com o lançamento das pedras, é preciso indagar sobre a razão de o “protagonismo” dos agentes jovens do projeto social não ter sido dirigido para o fortalecimento de ações coletivas que poderiam buscar formas mais democráticas de demonstrar a insatisfação e buscar soluções junto aos poderes públicos e à própria empresa de ônibus.

Considero que, em grande medida, as boas intenções relacionadas com a noção de protagonismo juvenil foram também formas de pedagogização da participação de jovens na direção do controle social e do ajustamento. Isso, em comunidades que necessitavam elaborar agendas conflitivas para superar suas contradições urbanas relacionadas com a sonogação de direitos na desigual sociedade brasileira.

Em pesquisa que investigou políticas públicas municipais em oito Regiões Metropolitanas brasileiras percebeu-se ampla presença da noção de protagonismo juvenil nos depoimentos dos gestores e nos textos dos projetos formulados. Contraditoriamente, constatou-se que as práticas desenvolvidas eram muito pouco estimulantes da participação, sendo que as palestras de conscientização, especialmente sobre prevenção da gravidez e uso de drogas, eram as atividades mais desenvolvidas em quase todas as regiões (SPÓSITO, 2007).

No caso das políticas públicas destinadas aos jovens na última década, nota-se que elas se destinaram muito mais a oferecer aquilo que se intuiu ser as necessidades dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abris-

sem espaços e tempos de diálogo para que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas. Os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente.

A participação entre gerações

O que se discute aqui, então, está relacionado com a maior ou menor abertura para a partilha do poder de decisão. E isso é algo que está na base histórica de desigualdade dos relacionamentos geracionais entre jovens e adultos. O sociólogo alemão Mannheim (1968) afirmou que os jovens se constituem em geração marginal exatamente por reconhecer que esses se encontram à margem do poder social, político e econômico.

Foracchi (1972) analisou sociologicamente o conflito de gerações naquilo que se convencionou denominar de a “rebelião da juventude”, em função, principalmente, das mobilizações estudantis que sacudiram boa parte do mundo ocidental a partir do ano de 1968⁴. Marialice Foracchi dispensou especial atenção ao movimento estudantil por considerar que este se constituía na forma predominante do fenômeno da rebelião juvenil na sociedade moderna. Seu pressuposto era o de que a juventude representa a categoria social sobre a qual incide de um modo bastante particular, a “crise do sistema” das sociedades modernas. Na juventude e em seus comportamentos singulares estariam contidas as omissões, as contradições e os benefícios de certa configuração social de vida histórica e transitória que, ao esgotar-se, dilapidaria seu potencial humano e nele investiria suas perspectivas de sobrevivência.

Neste sentido, a “rebelião da juventude” seria uma resposta possível à crise da sociedade moderna - caracterizada pela não realização das promessas de ascensão social e desenvolvimento - e o movimento estudantil um fenômeno paradigmático dessa rebelião. Sobre a etapa de vida da juventude incidiria mais radical e drasticamente essa crise do sistema percebida mais sensivelmente pelos estratos médios e superiores da população para os quais estava assegurada a possibilidade da formação universitária. Ainda que a autora não reconheça o jovem como o único “depositário” da situação de crise, ela enxerga, paradoxalmente, este sujeito menos “despreparado” para recebê-la como sendo o único em condições de superar as contradições da crise nos moldes que tal situação permitiria. Algumas características foram apontadas para que o jovem fosse considerado agente privilegiado de enfrentamento da crise dos sistemas modernos:

O seu descompromisso relativo com as tarefas produtivas, sua abertura aos processos de criação, sua disponibilidade psicológica e social o encaminham para o exercício da liberdade, da busca e da improvisação. A legitimação dessa tarefa, no nível da ordem normativa é, no entanto, contraditada no cotidiano que se revela incapaz de absorver o esforço latente da criação, o apego à liberdade, as aventuras da improvisação, tão intensamente aprimoradas na prática do imaginário (FORACCHI, 1972, p. 11).

Os jovens seriam agentes galvanizadores da crise dadas suas características potenciais relacionadas com a abertura ao novo, à liberdade e à criação. É preciso ressaltar, contudo, que a pesquisadora desenvolveu seus estudos nos anos de 1970 e que seu olhar estava especialmente orientado para os jovens estudantes das classes médias e superiores para os quais o acesso à universidade era uma realidade e o prolongamento da situação de juventude um dado sociológico

Os jovens, tendo ultrapassado a crise da adolescência, veriam deslocados seus conflitos geracionais da ordem normativa da família para a sociedade que passa a ser o “marco de referência da contestação”. A contestação juvenil, em grande medida, se explicaria pela “rejeição da condição adulta” que a sociedade impõe. Desta forma, a tensão não se equaciona analiticamente tão somente no plano do relacionamento entre as gerações, uma vez que a juventude se impõe como categoria histórica e social, mas se constituiria como um produto histórico: o movimento de juventude.

A possibilidade de formação de uma dada consciência jovem seria a expressão de conflitos e tensões que se desenvolvem no âmbito do sistema e que encontrariam nos movimentos de juventude seus canais de extravasamento. Aos jovens caberia uma nova elaboração, não institucionalizada, da conjuntura crítica por intermédio de ações de enfrentamento à ordem estabelecida, tarefa de grande envergadura, especialmente se considerarmos a “incipiência histórica” do ser jovem e os constrangimentos típicos da condição juvenil. Para Marialice Foracchi as investigações deveriam fazer o inventário das reais condições objetivas do surgimento deste estilo de consciência geracional, suas contradições e razões de existência.

Na Idade Média, cito como exemplo histórico, os pais adiam casamentos de seus filhos homens para que esses não partilhassem antecipadamente a fortuna da família. Os jovens eram convidados a participar de jogos cavaleirescos, a ingressarem em cruzadas e se envolverem em divertimentos que postergavam a partilha do patrimônio e do poder familiar. É preciso dizer que alguns jovens mais impacientes

por viver a longa moratória não aguardavam e assassinavam seus pais. E, diga-se de passagem, não se está tratando aqui da morte simbólica freudiana. Os parricídios eram físicos e serviam de alternativa superadora do adiamento da transição para a vida adulta. Os modernos conflitos de gerações não deixariam de representar certa morte simbólica do outro - adulto - que imporá limites para a realização de objetivos de emancipação e autonomia.

Vianna (2000), citando Gilberto Freyre, lembra que o moço só teve espaço para aparecer no Brasil com a desintegração da sociedade patriarcal. Durante o predomínio do patriarcalismo havia uma distância imensa entre o menino e o adulto, mas nenhuma categoria intermediária entre os dois extremos. O menino queria ser adulto o quanto antes, até mesmo para se livrar do sadismo com que era tratado dentro da Casa-grande. Era como se a meninice fosse uma doença que tivesse que ser curada velozmente, e com toda a crueldade. Com a decadência do sistema patriarcal, esse antagonismo entre menino e adulto se transformou em rivalidade, com a inclusão de um terceiro termo - o adolescente - numa relação que até então refletia apenas a total dominação de um extremo, o adulto, sobre o outro sem voz, o menino.

Vivem-se, hoje, inusitados processos de transição para a vida adulta que nem de longe lembram a antiga dependência e subordinação dos jovens em relação a seus pais. Contudo, ainda que o campo de liberdade tenha se alargado, a dependência dos jovens, especialmente a econômica, se constitui em entrave real para a conquista da autonomia. Esta aqui entendida como processo de conclusão do processo de individuação, ou seja, do jovem que passa a ser sujeito de seu próprio destino. Ou ainda, como diriam nossos pais: “dono do próprio nariz”. Os “filhos da liberdade”, segundo feliz expressão do sociólogo Ulrich Beck (2010) voltaram à atenção para valores como a paz, o ambiente, os direitos humanos, dos animais, a autorealização, a liberdade de expressão e a cotidianidade.

A participação como objeto de investigação e análise

O debate central sobre a participação juvenil, presente na literatura nacional e internacional, gira ao redor de duas percepções principais: (1) a de que os jovens não participam; (2) a de que os jovens participam numa nova perspectiva (MINAYO e BORGOSIAN, 2009).

Em dois estudos sobre o estado da arte das pesquisas sobre juventude no Brasil a partir de teses e dissertações (SPOSITO, 2000 e 2009), verificou-se que há, nas investigações, uma tendência antecipadora a partir da realização de enquadr-

mentos teóricos gerais que obscurecem a complexidade dos fenômenos relacionados com as ações coletivas juvenis. De um modo geral, o movimento social ou estudantil - sendo este último o campo privilegiado de análise - não é reconstruído analiticamente ou interpretado à luz das teorias dos movimentos sociais ou da ação coletiva. Na maioria dos casos, o que há é a assunção da participação juvenil como categoria empírica. Outra característica das pesquisas acadêmicas discentes - teses e dissertações - é a sua concentração em grandes centros. Este fenômeno lança na obscuridade aquilo que ocorre em cidades médias e pequenas assim como nas áreas rurais. Os estudos desenvolvidos, não só no tema Participação e Cultura Política mas no estado da arte como um todo, muitas vezes tratam os jovens como um grupo de risco que deve solucionar os seus próprios problemas. Ressalta-se, contudo, que é possível perceber inovações em relação aos espaços de investigação da militância de jovens. Nos últimos anos há a emergência de pesquisas sobre jovens militantes em grupos ambientais ou na esfera religiosa, por exemplo (SPOSITO, BRENNER e MORAES, 2009).

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas da participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais, etc. É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. No lugar de desprezar esses campos de atuação é preciso compreendê-los tal como são praticados nos dias de hoje, onde ainda acontecem e se fazem presentes. É preciso indagar como se reinventam as tradições militantes e como são questionados os antigos modelos de participação institucional. Quem são os novos herdeiros dessas práticas? Como as velhas e novas formas interagem e compõem novas sínteses políticas, convivem em que termos e quais são os focos de continuidade e tensão? De que forma os espaços clássicos de participação absorvem ou não os vetores que chegam através dos diferentes coletivos de identidades, tais como negros, mulheres, LGBT, deficientes? Essas são perguntas que podem fazer avançar a análise sobre as diferentes formas de participação juvenil.

Ainda na busca de refinamento de uma agenda de investigação, torna-se importante buscar compreender como jovens exercitam a participação em espaços culturais caracterizados pelo respeito à hierarquia, à memória e à tradição. Penso, então, no diálogo dos jovens com as tradições da capoeira e seus mestres, com as escolas de samba e suas práticas de construção das sucessões. Qual o papel que jovens têm

desempenhado em espaços-tempos culturais de matriz tradicional cuja liderança esperada é a dos mais velhos, muitas vezes até por motivações de natureza religiosa ou espiritual? O que leva jovens nativos de uma sociedade veloz, que cultua o presente e que possui múltiplas ferramentas de armazenamento de dados, a se identificar e se envolver em espaços culturais e políticos marcados por “tempos lentos” (SANTOS, 2006) e comandados por velhos guardiões da memória e das relações de autoridade e de hierarquias? Como analisar a vigência e a adesão que muito jovens têm a essas práticas intergeracionais e territórios de cultura?

Do ponto de vista dos vetores predominantes na contemporaneidade, a participação juvenil é marcada pela emergência de diferentes coletivos de identidade que se afastam das formas e conteúdos clássicos de participação e militância e se orientam para o simbólico, o corpóreo, o cultural e as demandas do cotidiano. Este é um traço nítido de reconfiguração do campo da participação juvenil. As “clássicas” formas de participação feitas em agremiações estudantis e partidos políticos ainda possuem significado na arena pública, entretanto, elas co-habitam com novas formas e conteúdos de associativismo juvenil. As imbricações entre as identidades militantes que se misturam em distintos engajamentos é também objeto de investigações no campo acadêmico que inventariam as motivações e condições do envolvimento militante. (OLIVEIRA, 2009; CICCHELLI, 2009; BRENNER, 2010).

Em pesquisa que indagou o potencial de engajamento democrático de jovens de oito regiões metropolitanas brasileiras (IBASE/PÓLIS, 2005), foi possível perceber que os interesses juvenis estavam majoritariamente voltados para objetivos de ordem prática. Ressalta-se a preocupação com a violência nas cidades, além das reivindicações por melhorias das condições de educação e empregabilidade (qualificação técnico-profissional, acesso à formação superior e melhorias de acesso ao primeiro emprego, por exemplo). A pesquisa verificou que cerca de 70% dos jovens entrevistados não tem nenhum envolvimento associativo ou participa de processos de mobilização social.

Os jovens tendem a se engajar mais em causas do que em instituições. Aderem a ações coletivas que lhes permitam controlar os processos decisórios e cujos resultados não sejam postergados para um futuro longínquo. É possível dizer que aí reside um dos maiores entraves para que as instituições de base de participação clássica, tais como partidos políticos, envolvam novos militantes em seus quadros.

As agências clássicas de socialização (família e escola, notadamente) tem sido frágeis suportes para a promoção da socialização política como meio privilegiado de

transmissão de atitudes, vetores de escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações do mundo (BRENNER, 2010). Pode-se dizer que, de um modo geral, são incipientes os estímulos dados pelo “mundo adulto” para o envolvimento de jovens em processos de participação que poderiam aumentar o capital político orientado para valores democráticos. Ao mesmo tempo, é esse mesmo “mundo adulto” que não se cansa de repetir que os jovens são apáticos, que não se interessam pela política...

Os níveis mais significativos de engajamento e adoção de atitudes e valores democráticos encontram-se entre os jovens mais escolarizados. A sofisticação política e predisposição à participação, contudo, são também devidos às oportunidades que os jovens possam ter de participar em redes sociais diferenciadas capazes de ampliar seus capitais políticos e desenvolver a arte de argumentar e articular redes de apoios para seus pontos de vista e causas.

Uma mistificação facilmente encontrada, principalmente nas mídias, é a de que os jovens “de hoje” seriam menos participantes do que os jovens do passado. Há carência de estudos comparativos que possam confirmar a hipótese acima. É preciso dizer, contudo, que jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e seus agentes: os políticos. Esta é, sem dúvida, sinalização preocupante, pois, a baixa confiabilidade na política fragiliza a institucionalidade democrática que se organiza na base da representação partidária.

As difíceis condições de vida e o complexo de fatores relacionados com a pobreza e a desigualdade social que se convencionou denominar de “vulnerabilidade social” criam dificuldades objetivas para o exercício da participação e o engajamento social e político. A busca pela sobrevivência não é compatível com o tempo livre que as atividades de participação política demandam aos cidadãos. A necessidade de trabalhar é, neste sentido, uma das principais razões da diminuição do potencial participativo na sociedade. O aumento da idade coincide, então, com a diminuição das oportunidades e disposição para a participação e o engajamento militante.

Há um campo aberto para a realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e conteúdos de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são novas e pouco exploradas fronteiras para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea. Os estudos têm demonstrado que há práticas em curso que permitem perceber a elaboração coletiva de novos conflitos e dissensos no âmbito da experiência participativa dos jovens brasileiros na esfera pública.

Melucci (2001) alertou para o fato de que os jovens podem ser a ponta de um iceberg que, se interpretada, poderia nos dar pistas para a percepção antecipadora das formas sociais do futuro. Este é um bom alerta. Estejamos atentos como cidadãos e também pesquisadores para os sinais, demandas, impasses, movimentos e expressividades juvenis e dispostos ao diálogo intergeracional. Este é um caminho para que possamos colaborar com a continuidade e o aprimoramento do jogo democrático que não pode ocorrer sem a radicalização dos processos de participação social e política. E, sob nenhuma hipótese, pode prescindir do diálogo com as novas gerações.

Referências bibliográficas

BECK, U. *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra*. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRENNER, A. K. *O tempo-espaço da escola e as possibilidades de engajamento político*. In: Educação política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

CARRANO, Paulo C.R. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. *O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta*. In: Ferreira, Cristina A. et al. (Orgs.). In: Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, p. 34-49, 2011.

CICHELLI, V. *The contemporary engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping*. Italian Journal of Sociology of Education, 2, 2009.

CASTRO, J.C.M. UNESCO. *Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: Uma pedagogia da democracia no Brasil*. 2005. 449 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/1504>. (9.3.2011).

CRICK, B. *Participação política*. In: *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*/ editado por William Outhwaite et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 559-560, 1995.

CRUZ, R. R. *Emergencia de culturas juveniles – estratégias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.

DIANI, M. *Participação*. In: Dicionário do Pensamento Social do Século XX/ editado por William Outhwait et al. . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 558-559, 1996.

FEIXA, C. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel, 1998.

_____. *Generación @*. La juventud en la era digital. Nômadas, Bogotá, 13, Outubro, p. 76-91, 2004.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade Moderna*. São Paulo: Livraria Pionêra Editora, p. 19-32, 1972.

GALLAND, O. *Tornar-se adulto é mais complicado para os jovens de hoje*. Entrevista publicada na Revista Informação do Ministério das Relações Exteriores da França, Label France, julho de 2003. Disponível em www.ambafrance.org.br, consultada em 17/01/2007.

HALL, G. S. *Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education (Vols. I & II)*. New York: D.Appleton & Co, 1904.

IBASE/POLIS. *Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro/Pólis. Relatório Final de pesquisa, 103p, 2005.

LECCARDI, C. *Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo*. Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 2, nov, 2006.

MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1968.

MEAD, M. *Adolescência, sexo e cultura Samoa*. Barcelona. Editorial Laia, 1975.

MELUCCI, A. *O jogo do eu*. São Leopoldo, RS, 2004.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. *Passagio d'epoca; il futuro è adesso*. Milano: Feltrinelli, 1994.

MINAYO, e BOGHOSSIAN, C. O. *Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos*. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SPOSITO, M. P. (Org.). *O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem> (9.3.2011).

_____. *Espaços públicos e tempos juvenis*. São Paulo: Global, 2007.

_____. *Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação*. In: _____. *et al. Juventude e escolarização*. Estado do conhecimento. São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, 2000. 317 f. Relatório. Disponível em: www.acaoeducativa.org (9.3.2011).

_____. BRENNER, A.K, MORAES, F.F. *Estudos sobre jovens na interface com a política*. In: *O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 87-120. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem>. (9.3.2011).

VIANNA, H. *A rivalidade entre o homem moço e o homem velho: o conflito de gerações em sobrados e mucambos*. In: *Quem somos nós – 60 anos Sobrados de mucambos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, p. 81-88, 2000.

Notas

- 1 O presente artigo foi apresentado durante o II Seminário Internacional Crianças e Adolescentes: Participação Cidadã, Políticas Públicas e Novos Paradigmas, durante os dias 13 e 15 de abril de 2010. O evento foi promovido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em convênio com a PUC-Rio, e pelo Centre for Research on Families and Relationships, Universidade de Edimburgo, Escócia. O seminário foi organizado com o apoio da FAPERJ, Rio de Janeiro, Brasil e Leverhulme Trust, Reino Unido. A introdução (Questões contemporâneas sobre jovens e juventudes) integra artigo de livro publicado (CARRANO, 2011).
- 2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF. Pesquisador do CNPq. E-mail: paulocarrano@yahoo.com.br
- 3 Não é objetivo aqui aprofundar a discussão sobre conceitos e práticas de projetos sociais relacionada com o protagonismo juvenil, tal como foram desenvolvidos no Brasil nos últimos anos. Sobre isso, ver as teses de doutoramento de CASTRO (2005) e MAGALHÃES (2007).

- 4 Sobre a mobilização dos estudantes universitários no período da ditadura militar brasileira (1964-1984) ver análise sobre teses e dissertações que trataram da participação política da juventude na área da Educação, em CARRANO (2002).

Recebido em novembro de 2011, aceito para publicação em fevereiro de 2012.